



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11487 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos

#### MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES: DESAFIOS E RESISTÊNCIA

Dileno - UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

Guilherme Goretti Rodrigues - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JUIZ DE FORA

Beatriz Souza Barral - UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

#### MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES: DESAFIOS E RESISTÊNCIA

O objetivo é fazer uma breve reflexão sobre os desafios dos Movimentos Sociais Populares (MSP) enquanto sujeito educativo. Tomamos por referência uma pesquisa bibliográfica documental e as lutas conjuntas para refletir coletivamente as realidades, os conflitos e os desafios dos Movimentos Sociais. Os resultados parciais da pesquisa apontam a necessidade da intensificação do processo de organização devido a enorme exclusão, marginalização e desigualdade social, que tem levado milhares de pessoas a situação de miséria absoluta. Os MSP se constituem nas lutas coletivas e populares a fim de provocar mudanças sociais e a construir uma outra ordem social, reforçando o seu caráter libertador e provocador da hegemonia da classe trabalhadora. O Movimento é um dos sujeitos sociais capazes de colocar em xeque o Estado em que a burguesia está encastelada, por isso a importância de uma grande aliança junto aos partidos políticos de esquerda. Não nos interessa a defesa do marxismo como uma teoria ortodoxa, porém não podemos deixar de lado como se fosse um pensamento irrelevante e sem organicidade nos Movimentos Sociais Populares. Nesse sentido, “admirar essa obra é colocar-se como aprendiz, empregar seus conceitos, aprender a trabalhar num diálogo do mesmo tipo” (THOMPSON, 1981, p. 186). Ao contrário disso, os defensores do capitalismo e seus aliados procuram decretar o seu fim. O marxismo vem sofrendo há décadas de uma devastadora doença do economicismo vulgar. Seus movimentos foram enfraquecidos, sua memória falha e sua visão está obscurecida pelo pensamento liberal. Entrou, agora, rapidamente no delírio final do idealismo pós-moderno. A prática teórica de gabinete acadêmico é o próprio rigor mortis do pensamento crítico, parece que o marxismo já nada tem a nos dizer sobre o mundo capitalista e suas formas cada vez mais intensas e

ecléticas de exploração. De alguma maneira, essa é a forma como alguns teóricos olham para a teoria marxista. Assim, é preciso romper com esse pensamento que burocratiza os MSP. Por isso, toma-se como umas das referências o Programa de Gotha (1995), no qual Marx inicia sua análise afirmando que cada passo de movimento real vale mais do que uma dúzia de programas. Nesse sentido, afirmamos que é imprescindível resgatar e atualizar a presença do pensamento marxiano/marxista, como paradigma de nossas lutas políticas e sociais com os princípios históricos fundadores da luta de classes, ou seja, retomar o rigor do conjunto de proposições fundantes da práxis revolucionária ameaçadas pelas forças destrutivas da ideologia burguesa e de seus aliados. Dessa forma, os MSP se posicionam coletivamente, entendendo que quando não é possível um programa de luta amplo, devido às circunstâncias do momento político e conjuntural, podemos construir uma conjugação que nos leve a uma radicalidade mais efetiva a partir de princípios revolucionários contra o inimigo comum, o que se faz necessária na medida em que vivemos numa sociedade fraturada e os MSP se colocam como sujeitos na luta de classes. De acordo com Thompson (1981, p. 50), os historiadores podem tomar a decisão de selecionar as evidências ou as perguntas feitas às evidências e escrever uma história de aspectos isolados do todo. Entretanto, “o objeto real continua unitário”. Isso significa articular as singularidades ou as particularidades estudadas numa totalidade conceitual. Porém essa totalidade não é uma verdade teórica acabada, nem um modelo fictício. É um “conhecimento em desenvolvimento, muito embora provisório e aproximado”. (Thompson, 1981 p.61). Além do que, “a explicação histórica não revela como a história deveria ter se processado, mas porque se processou dessa maneira, e não de outra” (VENDRAMINI, 2007, p. 1406). É a partir dessa concepção que entendemos os MSP na sua complexidade de um amplo e diverso processo de luta. Dessa maneira, é inegável que nesse processo é preciso garantir a independência e a autonomia dos grupos subalternizados que não devem se dobrar à hegemonia intelectual do grupo dominante, bem como refutar as armadilhas que se apresentam como novo e que, na verdade, se constituem em um movimento teórico auxiliar, um aliado que incorpora concepções e aspectos do pensamento liberal e, por isso, banaliza a filosofia da práxis e atrasa a nossa luta pela hegemonia (GRAMSCI, 2002). Por isso, o Estado é entendido como instrumento de opressão da propriedade privada, e o comunismo como um movimento autêntico da práxis da luta da classe trabalhadora. As teorias marxistas não abandonaram os MSP e a problemática das classes sociais. Ela é utilizada para refletir sobre a origem dos participantes, os interesses do Movimento, assim como o programa ideológico que fundamentam suas ações. O que destacamos nos estudos marxistas contemporâneos é que os Movimentos não surgem espontaneamente, mas sim de imediata disposição de luta social por melhorias junto às bases sociais mobilizadas por problemas decorrentes de seus interesses cotidianos e históricos. Por fim, é preciso destacar o ajuste neoliberal que vem sendo promovido pelo capitalismo, na tentativa de massificar o que se chama nesse momento de transformação do capital, de uberização do trabalho, que vem se consolidando numa nova forma de hegemonia do mercado enquanto dominação de classe, impondo a mais feroz radicalidade no período de reprodução do capital contra a classe trabalhadora. Por outro lado, a alta tecnologia, tão presente nos discursos do mercado, tem aprofundado a exploração e a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, jogando

enormes contingentes da classe trabalhadora na informalidade e no desemprego estrutural. E para agravar mais a situação, todo esse ataque à classe trabalhadora está acompanhado por enormes cortes no orçamento das políticas públicas, que são instrumentos da burguesia e funcionam como amortecedores dos conflitos de classe, da retirada de direitos e da superexploração. Do ponto de vista ambiental, temos acompanhado a sua destruição implementada pelo agronegócio, mineralnegócio e hidronegócio aliada a invasão de territórios dos povos originários e quilombolas, com a destruição da terra, das águas e da vida em sentido lato. De outra forma, é preciso compreender que a crise do capitalismo é histórica e foi acentuada pela pandemia, por um presidente negacionista que afirmou que era somente uma gripezinha, porém matou e dilacerou milhares de pessoas e famílias. No mais, o que se viu foi um aumento exponencial da fome, da miséria e do desemprego, que teve como amparo as contrarreformas trabalhista e da previdência imposta pela burguesia e seus aliados nas instâncias de poder, que são chamadas de Agenda de Transformação do Estado o que se parece com o discurso de modernização do Estado. Contudo, o que isso significa é a desobrigação do Estado com a classe trabalhadora e a sua subordinação ao capital internacional. A crise do capitalismo colocou o Brasil em uma condição de mais pobreza, bem como toma força o discurso conservador, autoritário e fascista. De modo geral, a resistência da classe trabalhadora tem sido travada sob as contradições cada vez mais agudas da luta de classes.

Palavras-chave: Movimentos Sociais Populares; Educação; Resistência; Luta de Classes; Socialismo.

#### Referências bibliográficas

GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Vol. 4 Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

MARX, K. Obras Escolhidas. São Paulo, ed. Alfa-Omega, v. 2, 1995.

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria: ou um planetário de erros, crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zaar editores, 1981.

VENDRAMINI, C. R. pesquisa e movimentos sociais. Educ. soc. Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1395 – 1409, set./dez. 2007.